

Inclusão Produtiva e Social

Apesar dos avanços econômicos, políticos e sociais conquistados pelo Brasil, segundo o censo do IBGE de 2010 cerca de 16 milhões de pessoas, que representam 8,5% da população do País, ainda vivem em condições de extrema pobreza, com rendimento mensal domiciliar de até R\$ 70,00. Desse total, quase 9 milhões de pessoas (54%) estão nos centros urbanos e mais de 7 milhões (46%) estão no meio rural.

Em termos de insegurança alimentar, em 2009 a proporção de domicílios nessa situação era de 30,2%, o que abrangia aproximadamente 67,6 milhões de pessoas. Dessas, cerca de 5% encontravam-se em estágio grave, ou seja, 11,2 milhões de pessoas.

E o que significa segurança alimentar? É o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Ainda, tem como base práticas alimentares que promovam a saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Segurança alimentar e nutricional é um direito de todos.

O grande desafio para erradicar a pobreza é retirar essa população dessa condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social e da insegurança alimentar. Para isso, é necessária uma série de ações governamentais e políticas econômico-sociais que promovam a inclusão social e produtiva dessas pessoas. Ainda, são de grande importância ações que elevem a renda familiar per capita e que ampliem o acesso aos serviços públicos e às oportunidades de ocupação e renda.

A agricultura familiar está em mais de 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros.



Foto: Arquivo Embrapa



Foto: Arquivo Embrapa

Ciência e experiência dos produtores: soluções sustentáveis para a agricultura familiar.

Hoje, uma das políticas de inclusão social do governo é a promoção da agricultura familiar. Além de ser instrumento de desenvolvimento socioeconômico, é instrumento de fortalecimento da democracia. Pelos dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, é possível reconhecer que a agricultura familiar está em mais de 84% dos estabelecimentos rurais do País. Isso significa que são mais de 4 milhões de propriedades, com uma área média de 18 ha, ocupando cerca de 24% das terras agrícolas e absorvendo mais de 74% da mão de obra do campo, ou seja, mais de 12 milhões de pessoas.

A agricultura familiar é um fator essencial para qualquer política de erradicação da pobreza e segurança alimentar porque, entre outras razões, sua produção abastece o mercado interno de alimentos e de matérias-primas. Assim, contribui para a alimentação da população brasileira por meio da produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite e 46% do milho, entre outros. Além disso, contribui de forma significativa para as cadeias agroexportadoras, como a de suínos, com 59%; a de aves, com 50%; a de café, com 38%; e da complexa soja, com 16%, entre outros.

Esse cenário de relevância nacional apresentado coloca a agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos. Porém, as ações para a erradicação da pobreza e segurança alimentar também devem beneficiar os agricultores familiares, porque parte significativa da população pobre e com insegurança alimentar é composta por agricultores e agricultoras familiares.

Muito já vem sendo feito. Uma das ações em andamento do governo brasileiro para o apoio à agricultura familiar é o Plano Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que conta com o apoio da Embrapa na distribuição de centenas de toneladas de sementes de milho, feijão-caupi e feijão comum, além de milhares de kits de sementes de hortaliças. Esse trabalho já beneficiou 16 mil famílias na Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e Pernambuco.

É importante entender que a busca por soluções para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, por meio da agricultura familiar, deve começar no âmbito das comunidades e propriedades rurais, valorizando, ao mesmo tempo, a experiência dos produtores e os avanços científicos. Dessa forma, pesquisa e desenvolvimento atuam em estreita colaboração com produtores, com objetivos coletivos de melhorias técnicas, econômicas e sociais dos sistemas de produção.

Institutos de Pesquisa Agropecuária vêm buscando inovações para contribuir, cada vez mais, para a erradicação da pobreza, para a segurança alimentar e para a agricultura familiar, de forma sustentável e participativa com os agricultores.

E o esforço da ciência vai ainda além. Pesquisadores estão em constante busca por cultivares mais produtivas e tolerantes a pragas e doenças; mais resistentes à seca e mais adaptadas às diversas regiões e condições de cultivo e com maiores teores de elementos essenciais, como ferro, zinco e vitaminas. Essas melhorias são chamadas de biofortificação e ajudam no combate à fome oculta nas regiões mais carentes do Brasil, impactando positivamente a segurança alimentar e a agricultura familiar do País.

Quando o trabalho é compartilhado, o retorno é maior e melhor para todos. Exemplo disso são os resultados promissores da participação e coletividade. A partir de trocas entre ciência e campo, é possível levantar os problemas e dificuldades para então identificar, priorizar, implantar, acompanhar e avaliar as ações necessárias para a construção de processos de desenvolvimento específicos e adaptados a cada realidade. A inovação técnica e a inovação social, como a organização dos produtores, são aspectos fundamentais e indissociáveis do processo de desenvolvimento com sustentabilidade. As informações geradas tornam-se referências e são utilizadas para beneficiar outras comunidades, o que amplia a escala do processo.

Para citar alguns casos de sucesso, destacam-se melhorias nos processos de articulação entre agricultores familiares, por meio de associações e cooperativas, e melhorias nas tecnologias de produção, como ajustes no espaçamento e adubação do milho, uso de variedades mais adaptadas, manejo e recuperação de pastagens e suplementação do rebanho leiteiro durante a época seca.

A agricultura familiar absorve mais de 74% da mão de obra do campo.



Foto: Jean Vilas Boas

A agricultura familiar contribui para a nossa alimentação: 70% de toda a produção de feijão.



Foto: Daniel Medeiros

Por um lado, a inovação social, por meio de compras coletivas, possibilitou em Silvânia (GO), na década de 90, a redução de 20% no gasto com adubos. Por outro lado, as inovações técnicas possibilitaram à maior parte dos agricultores, que produzia em média 1,5 tonelada de milho por hectare, passar a produzir mais de 3 toneladas, chegando até, nas melhores lavouras, a produtividades superiores a 6 toneladas. Ressalta-se que a produtividade média brasileira no período era de 2,5 toneladas.

Destaca-se que mais do que um simples espaço para discussão de problemas comuns, as organizações dos agricultores se transformaram em instrumentos valiosos para solução de problemas, não só no nível técnico, mas também no campo da saúde e da educação, indissociáveis do avanço tecnológico na busca do desenvolvimento.

As vantagens são muitas. Ganha a pesquisa agropecuária, que inova e melhora suas metodologias. Ganha o produtor, que aplica as técnicas com retornos reais de produtividade e renda, além de fortalecer as associações em benefício do setor.